

CORRESPONDÊNCIA LIDA
em 15 / 05 / 2024
Presidente



CAMARA MUNICIPAL - Montanha-ES
PROTOCOLO - SECRETARIA
as 08:30 horas Data 06/05/24
N 292 / 48024
Responsible

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

PROJETO DE LEI Nº 010/2024

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Prefeito Municipal: ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Montanha, 06 de maio de 2024.

MENSAGEM Nº 010/2024

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a elevada apreciação de Vossa Excelência e dos ilustres Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº 010/2024 que autoriza o Município a implementar o Programa **Minha Casa Minha Vida**, nos termos da Lei Federal nº 11.977/2009 e Medida Provisória 1.162/2023, como também todas as **Instruções Normativas do Ministério das Cidades**.

O Programa **Minha Casa Minha Vida** é uma iniciativa do GOVERNO FEDERAL, que tem como objetivo fornecer condições de moradia digna para famílias de baixa renda.

O Governo Federal em 2024 aumentou em 41% o orçamento do Programa **Minha Casa Minha Vida**, totalizando a importância de Treze Bilhões de Reais. Serão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

contratadas 187 mil Unidades Habitacionais em mais de mil empreendimentos beneficiando famílias da FAIXA 1, com renda de até 02 salários mínimos em 560 municípios brasileiros.

Esperando contar com o valioso apoio desse Poder Legislativo nesta importante matéria, solicito que o Projeto de Lei em comento seja deliberado em **REGIME DE URGÊNCIA**.

Atenciosamente,

André dos Santos Sampaio
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Clébio Maciel Raulino

DD. Presidente da Câmara Municipal
MONTANHA/ES



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

PROJETO DE LEI 010/2024

Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações e aporte de Contrapartida Municipal para implementar o Programa Minha Casa Minha Vida conforme disposto na Lei 11.977 de 07 de julho de 2009 e na Medida Provisória 1.162 de 14 de Fevereiro de 2023, e também nas disposições das instruções normativas do Ministério das Cidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHA, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

ARTIGO 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para a aquisição, construção ou reforma de unidades habitacionais para atendimento aos munícipes enquadrados na forma da lei, implementada por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida – Modalidades Urbana (PNHU) e Rural (PNHR), alocados na Faixa 1 do Programa, conforme disposições da Lei 11.977/2009 e na Medida Provisória 1.162 de 14 de Fevereiro de 2023, e demais Instruções Normativas subsequentes do Ministério das Cidades.

ARTIGO 2º – Para a implementação do Programa, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Acordo e Compromisso (TAC) com Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, inclusive Bancos Digitais Diretos e Indiretos, Sociedades de Crédito Direto, Cooperativas de Crédito e os Agentes Financeiros referidos nos incisos I a XII do art. 8º da Lei 4380, de 21 de agosto de 1964.

§ 1º - As Instituições Financeiras e Agentes Financeiros deverão comprovar que possuem pessoal técnico especializado, próprio ou terceirizado, nas áreas de engenharia civil,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

arquitetura, economia, administração, ciências sociais, serviço social, jurídico, entre outros, necessários a boa execução do programa.

§ 2º - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar aditamentos ao Termo de Acordo e Compromisso, de que trata este artigo, os quais deverão ter por objeto ajustes e adequações direcionadas para a consecução das finalidades do programa.

§ 3º - O Poder Executivo Municipal poderá também desenvolver outras ações complementares para estimular o Programa nas áreas rurais e urbanas.

ARTIGO 3º – O Poder Executivo Municipal fará a doação dos lotes de terrenos de sua propriedade aos beneficiários selecionados conforme o disposto na Legislação Federal que normatiza o PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – Faixa 1 e em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Política Municipal de Habitação vigente.

§ 1º - As áreas e terrenos a serem utilizados no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – Faixa 1 – Modalidades Urbana (PNHU) deverão integrar a área urbana ou de expansão urbana do município, observado e em conformidade com Plano Diretor Municipal.

§ 2º - As áreas e terrenos deverão contar com a infraestrutura básica necessária, de acordo com as posturas municipais, regramentos do Ministério das Cidades e em conformidade com políticas habitacionais de interesse social.

§ 3º - O Poder Executivo Municipal será responsável por acionar as concessionárias e as permissionárias de serviços de água e esgoto, energia elétrica, telefonia, internet, televisão e outras, para executarem os serviços necessários para complementação da infraestrutura básica necessária, observados os parágrafos 1º e 2º do Artigo 13 da Medida Provisória 1.162 de 14 de fevereiro de 2023. Tais serviços deverão estar disponíveis na entrega das casas aos beneficiários das unidades habitacionais do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – Faixa 1.

ARTIGO 4º – Os projetos de habitação popular serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolver as Secretarias Estaduais ou Municipais de Habitação, Serviços Sociais, Obras, Planejamento, Fazenda e Desenvolvimento, além de Autarquias e/ou Companhias Municipais de Habitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

ARTIGO 5º – Só poderão ser beneficiados no PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – Faixa 1, pessoas ou famílias que atendam ao estabelecido no referido programa e atendam aos requisitos estabelecidos pela Política Municipal de Habitação vigente, com prioridade para as famílias de maior vulnerabilidade social.

§ 1º - O beneficiário não poderá ser proprietário de imóvel residencial e nem detentor de financiamento ativo no SFH, em qualquer parte do País, assim como obrigatoriamente deva ser comprovado que reside no Município há pelo menos cinco anos.

§ 2º - O contrato de beneficiário será celebrado preferencialmente em nome da mulher, idoso ou pessoa portadora de deficiência física.

ARTIGO 6º – O Poder Executivo Municipal aportará recursos do PMCMV exclusivamente aos beneficiários selecionados que compõem a Faixa 1 do Programa, e por recursos financeiros, bens e serviços economicamente mensuráveis, visando a complementação dos recursos necessários à construção da infraestrutura dos empreendimentos e das unidades habitacionais.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros a serem aportados não poderão ultrapassar o valor de R\$ 35.000 (trinta e cinco mil reais) por beneficiário da Faixa 1 do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA e a eles serão transferidos diretamente, de acordo com as cláusulas a serem estabelecidas no Termo de Acordo e Compromisso firmado com Instituições Financeiras autorizadas;

ARTIGO 7º – Na implementação do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – Faixa 1, fica avençado que:

I - Os beneficiários ficarão isentos do pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, durante o período de construção das unidades e também durante o período dos encargos por estes pagos, se o Município exigir o ressarcimento dos beneficiários.

II - As unidades habitacionais que serão construídas ficarão isentas do pagamento do alvará de construção, do habite-se e do ISSQN incidente sobre as mesmas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

III - Ficar^á assegurada a isen^ço permanente e incondicional do Imposto sobre a Transmiss^ão de Bens Im^óveis e do Imposto de Transmiss^ão Causa Mortis e Doa^ço, que t^êm como fato gerador a transfer^ência das unidades imobili^árias ofertadas no citado Programa.

ARTIGO 8^o – As despesas com a execu^ço da presente lei, de responsabilidade do Munic^ípio, correr^ão por conta da dota^ço or^çament^ária vigente na Lei Or^çament^ária Anual do ano em que ocorrer o evento, suplementadas se necess^ário.

ARTIGO 9^o – Esta lei entrar^á em vigor na data de sua publica^ço, revogadas as disposi^ço^{es} em contr^ário.

Montanha – ES, 06 de maio de 2024.

André dos Santos Sampaio

Prefeito Municipal